

## Texto Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde

O uso problemático de drogas é uma questão de saúde pública e isso inclui as drogas lícitas (como remédios e álcool) e as drogas ilícitas. Porém o fato de algumas substâncias serem consideradas ilícitas faz com que seu comércio e consumo esteja envolvido na ilegalidade, na violência e na repressão, o que implica em uma maior dificuldade para regulamentar e controlar essa atividade e até mesmo atuar para sua diminuição.

A área de segurança pública no país vem, há décadas, atuando a partir de um modelo de repressão ostensiva ao comércio de drogas ilícitas, o que inclui a militarização de territórios vulneráveis e o gasto crescente com equipamentos de segurança. Entretanto, os resultados não são animadores, essa política não só não foi capaz de reduzir o consumo dessas substâncias, como vem tendo consequências nefastas como o fortalecimento de grupos criminosos e do próprio mercado de drogas consideradas ilícitas.

O lucro exorbitante que está envolvido no comércio dessas substâncias consideradas ilegais tem um potencial corrosivo para a sociedade democrática, não apenas por ser um mote para práticas de corrupção, mas também pela ausência de qualquer tipo de regulamentação e taxação relacionada a esse bilionário mercado. Além disso, os ônus do consumo dessas substâncias recaem sobre o Estado, sobrecarregando os sistemas de saúde, segurança pública e justiça.

Outros resultados diretos dessa política de repressão ostensiva são o recrudescimento da violência e o aumento dos conflitos armados, que têm afetado de forma negativa a saúde física e mental da população. O encarceramento em massa de jovens e o índice assustador de homicídios, sobretudo de negros e moradores de favelas e periferias do país, mas que atinge também agentes da segurança pública são outros resultados inaceitáveis dessa equação, que destroem famílias e comunidades.

Assim, nós, moradores e trabalhadores de alguns dos territórios de favelas do Rio de Janeiro, atingidos por essa política, nos reunimos para debater, buscar e mostrar para a sociedade as graves consequências envolvidas nessa problemática. Acreditamos que é necessário construir novas formas de lidar com esse tema, por meio de políticas públicas pautadas na cidadania, no cuidado, na autonomia e na garantia de direitos, sobretudo o direito à vida.